

Um lembrete: os banqueiros não se preocupam com jogos de cena.

O que resulta das afirmações brasileiras em Washington, de que a expressão unilateral não deve ser banida do dicionário de termos da rediscussão da dívida externa e de que o Brasil, até dezembro, terá de fazer um acerto com os Bancos?

A resposta poderá não vir agora, mas certamente será conhecida, em parte, após o regresso dos brasileiros da 41^a reunião anual do FMI-Bird, e, em caráter conclusivo, até março do ano que vem, quando será necessário reestruturar o pagamento da dívida ou prorrogar por mais tempo os acordos anuais que o País tem feito enquanto não realiza a renegociação plurianual.

Os objetivos brasileiros são bem conhecidos: pagar menos spread (taxa de risco) sobre os empréstimos concedidos no passado; voltar ao mercado livre de empréstimos (ou seja, obter dinheiro novo para reduzir as transferências); retomar o acesso ao mercado de capitais, via colocação de bônus; obter maiores créditos de organismos multilaterais como o Banco Mundial; acertar os ponteiros com o Clube de Paris; manter-se distante do monitoramento do FMI, desejado, seja pelos bancos credores, seja pelos países europeus e pelos Estados Unidos.

É possível conciliar esses objetivos com a afirmação de que uma decisão unilateral não deve ser excluída? Em termos públicos, tudo é possível, porque mesmo rangendo os dentes, os banqueiros cuidam menos das apariências e mais do substancial, ou seja, a qualidade dos seus ativos. Em termos práticos, é preciso saber o que Dílson Funaro conversou com os banqueiros, e se eles entenderam que o Brasil ainda pode ajustar o Plano Cruzado, e que, crescendo fica em melhores condições para servir a dívida externa. As declarações brasileiras, portanto, estão mais para um jo-

go de cena do que para a possibilidade de um confronto, a menos que um certo saudosismo dos anos 50 esteja ganhando corpo neste momento importante.

Como estamos, hoje? Às vésperas de uma eleição em que o governo central deverá sair amplamente majoritário, seja no Congresso Constituinte, seja nos pleitos para os executivos estaduais. Essa eleição está condicionando a política econômica, já que se adia a correção do Plano Cruzado, havendo um descompasso entre a oferta e a demanda e, aos preços vigentes, continuarão faltando produtos básicos, como a carne.

Como entra, aí, a parte externa? Seria mais fácil manter o crescimento econômico importando mais, mas é preciso pagar a conta: com superávit comercial, que dá sinais de declínio; com menor transferência de recursos para o Exterior; ou ainda com maior ingresso de recursos do Exterior. O governo tem afirmado sua preferência pelas duas últimas formas, mas é preciso transformá-las em realidade.

Acrescente-se aí o cenário pré-eleitoral. Ele poderá facilitar as coisas, se o Brasil estiver deixando claro que o FMI afugenta eleitores e que o ajuste da economia será feito depois de 15 de novembro.

Mas há um risco em adiar muito as coisas. Afinal, até o fim do ano as contas externas não deverão seduzir tanto os credores como no primeiro semestre. E é preciso ajustar oferta e demanda rapidamente, para poder iniciar o descongelamento. No mínimo, é um caminho escorregadio. Que depende mais de decisões internas do que de concordância externa. Felizmente, bravata é jogo de cena, mas não atitude de País que amadurece, apesar de algumas recaídas recentes.

Fábio Pahim Jr.